


ATRIBUNA

 FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894
 M. Nascimento Jr. (1909-1959)
 Giusfredo Santini (1959-1990)
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

MARCOS CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Presidente

ROBERTO CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Vice-Presidente

RENATA SANTINI CYPRIANO
 Diretora de Marketing

FLAVIA CLEMENTE SANTINI
 Diretora de Circulação

PAULO NAEF
 Diretor-Superintendente

CARLOS CONDE
 Editor-Chefe

MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES
 Gerente Comercial e Marketing

MARCO ANTONIO DA COSTA
 Gerente Industrial

Expansão de favelas na região

O problema da moradia é antigo na Baixada Santista. Segundo o Censo IBGE de 2010, em Cubatão, 41% do total das habitações eram consideradas subnormais, correspondendo a 14.841 unidades, onde viviam 49.134 pessoas. Guarujá ostentava um índice um pouco menor – 31% – mas o número absoluto era maior: 26.095 habitações subnormais, nas quais moravam 95.427 pessoas.

Comparando-se com o censo anterior, de 2000, nota-se que a situação manteve-se praticamente a mesma em Guarujá (eram 30% as moradias subnormais), enquanto em Cubatão a deterioração foi muito grande (a quantidade de unidades precárias passou de 29% para 41%). O déficit habitacional da região era, em 2006, segundo a Fundação Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados, o maior do Estado, e estimado em 50.000 unidades.

A situação em 2014 não é melhor, infelizmente. Continuam a existir favelas e subhabitações em geral. E um problema foi levantado: o crescimento das áreas ocupadas irregularmente. A favela da Alemoa, em Santos, tinha cerca de 970 famílias vivendo em condições precárias em 2006. Oito anos depois, na área, que pertence à União, há aproximadamente 1.500 famílias, o que mostra um crescimento de 50%.

Não há controle ou fiscalização quanto à ocupação. Áreas mais próximas dos centros urbanos são mais visadas, uma vez que morar nelas significa economia de tempo em des-

locamentos, com maior proximidade dos empregos. Enquanto isso, a situação só piora. As favelas não possuem redes de esgoto, acessos convenientes, e sua urbanização é precária. Com o acúmulo de famílias, comprimidas em espaços exíguos, o quadro só se deteriora, com piora ainda mais intensa da qualidade de vida.

Congelar favelas é um processo muito difícil. As invasões são constantes e muito rápidas, e por vezes realizadas pelos próprios moradores atuais, que estimulam a vinda de parentes e amigos. Para uma solução efetiva, faz-se necessária uma ação completa: cadastro permanente, assistência social constante, conscientização da população local, e, principalmente, programas de transferência e relocação das famílias para outros locais, com erradicação imediata das áreas irregularmente ocupadas.

A experiência do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, desenvolvido nos bairros-cota de Cubatão, é um exemplo disso. Lá foi possível remover as famílias, de maneira gradual e sem conflitos, para novas habitações, de qualidade. E em ação subsequente da Polícia Militar Ambiental, impediram-se novas ocupações.

Há muito a fazer na área. O importante é articular as várias agências do poder público e enfrentar a questão. Não se pode aceitar que barracos sejam destruídos em terríveis acidentes causados pela precariedade, famílias sejam transferidas e outras venham a ocupar os mesmos espaços, sem nenhum cuidado.

Opinião

Do leitor

As cartas enviadas à *Tribuna do Leitor* devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

E-MAIL
 leitor@atribuna.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR
 Telefone: 0800-727 7710

REDAÇÃO
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos, São Paulo. CEP 11013-900

Roberto Freire

O deputado Roberto Freire, em seu artigo na *Tribuna Livre*, edição de 21 de maio, escreveu uma frase que vem ao encontro exatamente daquilo que penso: “Lula e Dilma fizeram tão mal ao Brasil que há uma sensação de que o País passou a odiar a si mesmo, com a perda de princípios democráticos e o esgarçamento da solidariedade e do humanismo”.

ALFREDO GONZALEZ NETO - SANTOS

Água e volume morto

Acuado, apertado politicamente e cobrado por ações urgentes, principalmente pela falta de investimentos da Sabesp, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, abruptamente correu para a implantação de enormes tubulações que sugam a água do volume morto da Cantareira ao custo de R\$ 86 milhões. Poucos sabem, mas a cultura do desperdício interfere diretamente no abastecimento de água. Os governantes não sabem que a única fonte catalisadora de água pelas nuvens são as matas ciliares nas margens dos rios? Isso eles não respeitam e aprovam centenas de construções no entorno dos mananciais. Para tratar a água do volume morto que ninguém sabe quanto de metais pesados e dejetos estejam no fundo, a Sabesp poderá gastar até 100 vezes mais que o tratamento normal. Uma curiosidade. Se uma gota de água cair numa árvore, ela penetra nas folhas, caule, tronco e raízes 100%. Se cair no asfalto ou no concreto da selva de pedra, onde as calçadas são impermeabi-

lizadas, elas evaporam para a atmosfera.

JOSÉ PEDRO NAISSER - SÃO PAULO

Ciclovias nos canais



Seria o caso de perguntar ao leitor Adrei Degásperi, carta publicada em 17 de maio, quais passeios os idosos utilizam para se locomover com segurança em ruas sem canais. Para demonstrar o papel insignificante dos passeios junto aos canais para pedestres, convém saber que existem apenas oito canais em Santos. Por isso, esses passeios de características radiais são ideais para integração da malha de ciclovias, que precisam ser instaladas para permitir aos ciclistas irem aos seus destinos com mais segurança. As estatísticas, como as da Ciclosan, têm mostrado a redução significativa de acidentes que as ciclovias promovem. Há muito, Santos carece de uma administração de trânsito à altura do desafio de implantar uma mobilidade urbana de boa qualidade.

JOSÉ A. MARQUES ALMEIDA (JAMA) - SANTOS

>>Usuário do Canal 4 conheço os seus problemas. A implantação de ciclovias só trará melhorias, pois os donos de cães se apossaram das calçadas onde seus animais defecam sem recolhimento do material e não raro os cães nos ameaçam. Passei a usar as calçadas dos prédios e só vi vantagens: sensação de segurança dos porteiros e limpeza das calçadas. Há outros problemas: pessoas em situação de rua fazem fogueirinhas nos pés das árvores, onde, também, alguns prédios descartam móveis e colchões usados. Na minha visão, ciclovias nos passeios dos canais colocarão ponto final a esses abusos e darão ocupação mais útil e mais saudável a todos.

MILTON TOBIAS PRUDÊNCIO - SANTOS

Favelas e terras

Em matéria exibida em um programa dominical foi abordado o tema da regularização rural, onde os produtores rurais vão ter que declarar suas terras produtivas, não produtivas, reservas e se passa algum rio dentro da propriedade. Conforme a largura do leito terão que ter uma área de proteção nas margens de 8 a 15 metros, para evitar desbarrancamentos e assoreamento. No entanto, nas cidades cortadas por rios, nas áreas de mangue, essa proteção ambiental não é obedecida. Palafitas são construídas em cima dos mesmos, lá sendo despejados dejetos e ninguém é punido. Como é possível para um mesmo assunto haver dois pesos e duas medidas?

EDUARDO VIVIAN MITCHELL - SÃO VICENTE

Austeridade em Portugal

Em abril, Portugal realizou seu primeiro leilão de títulos públicos em três anos, colocando 750 milhões de euros com taxa de 3,57%, menor custo de financiamento dos últimos oito anos. Houve grande demanda – os investidores compraram 2,6 bilhões de euros – o que foi interpretado como a confirmação da efetiva recuperação econômica.

Segundo o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, o leilão deu ao país confiança sólida no futuro, e abriu as portas para que a nação portuguesa saísse dos programas de auxílio que foram estabelecidos após profunda crise, que exigiu a férrea supervisão do Fundo Monetário Internacional.

O processo foi difícil, com grandes custos sociais. A austeridade imposta levou a profundos cortes nos salários dos funcionários públicos, redução das pensões e benefícios para desempregados, bem como reduções nos orçamentos de setores como educação. O ajuste seguiu ainda com a elevação do imposto de renda para pessoa física, o imposto sobre valor agregado e redução de restituições em gastos médicos. A conclusão do governo português e de seus credores é que o país já cortou o suficiente para deixar o programa de resgate de 78 bilhões de euros.

A situação, entretanto, apresenta problemas. O desemprego continua alto (15%, acima da média da zona do euro), e Portugal precisará de décadas para saldar parte do total de 738 bilhões de euros, dívida que foi acumulada pelo setor público e

privado. De qualquer maneira, o país saiu da recessão em 2013, e espera-se um crescimento de 1% neste ano e no próximo.

A grande dúvida é se a recuperação é, de fato, consistente, e quais são as perspectivas para o futuro. A grande crítica está ligada ao custo social extremamente alto do ajuste econômico. Além do forte arrocho fiscal, de modo a equilibrar as contas do governo (o déficit público em proporção do PIB caiu de 9,8% em 2010 para 6,4% em 2012 e 4,9% em 2013), houve mudanças na legislação trabalhista, reduzindo o custo de contratar e demitir funcionários. Por um lado, há perdas e protestos; de outro, empresas são beneficiadas, permitindo novos investimentos (inclusive estrangeiros) capazes de gerar novos empregos.

O debate sobre a austeridade prossegue. Seus defensores afirmam que é a única saída possível, e que ela deve ser a tônica da política econômica, avançando em temas polêmicos como o fim, ou pelo menos redução, das redes de previdência social europeias. Não há dúvida de que, em situações extremas, não há como evitar medidas duras e rígidas de contenção e sacrifício.

O desafio é o futuro. É muito positivo que a crise seja superada. A austeridade não pode, entretanto, ser um fim em si mesmo: ele é um meio necessário para construir nova realidade, de seriedade e responsabilidade econômica, mas que leve em conta as aspirações e necessidades das pessoas.

Tribuna Livre

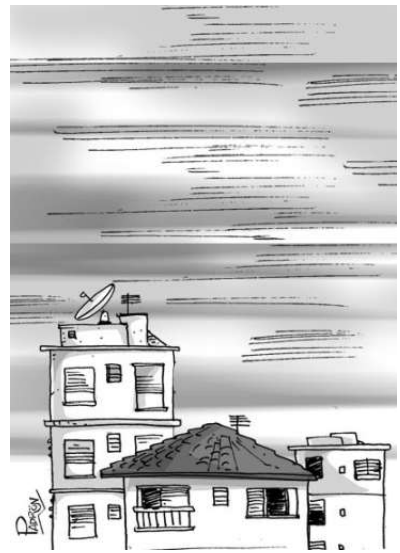
MAURILIO TADEU DE CAMPOS, Professor, escritor, pesquisador, presidente da Contemporânea Projetos Culturais e membro efetivo da Academia Santista de Letras.

Vento de maio

Vento de maio, rainha de maio, estrela cadente... – **Telo Borges/Márcio Borges**

Acordei ouvindo o vento, que anunciava a chegada do mês de maio. De fato, no primeiro dia de maio deste ano rajadas de um vento forte intranquilizaram a população. Com exceção dos grandes furacões, os ventos de menor intensidade raramente têm nomes. Resolvi, no entanto, batizar o vento do início de maio, atribuindo a ele o nome da deusa grega Maya, mãe de Hermes. Poderia também chamá-lo de Bona Dea (deusa da fertilidade). Ambos os nomes poderiam ter derivado a denominação atribuída ao mês de maio. E esse vento do primeiro dia do mês soprava forte, acalmava e voltava a soprar, pretendendo ser feroz. Soube que ele causou preocupações em diversos pontos da nossa região, destelhando casas, derrubando árvores, deixando vários bairros sem energia elétrica, atemorizando pessoas. Não lembro ser comum a presença de ventos em maio. Disseram-me que uma frente fria, presente no Sul do País, produziu esse fenômeno que chegou até o litoral paulista com menor intensidade mas deixando alguns estragos.

Antigos afirmavam que o mês de maio, assim como abril, também se constitui em um período relacionado à fertilidade. Era costume plantar nesse mês um “Mayo”, ou “Árvore de Maio”, enaltecendo a



fertilidade. No Condado de Nice, situada na parte sul oriental da França, fronteira com a Itália, era costume que moças e rapazes dançassem ao redor das árvores de Maio, em honra ao mês, ao som de músicas produzidas pelo pífano e pelo tambor.

Os dias de maio costumam ser agradáveis, caracterizando muito bem o outono, com períodos mais amenos, bons para boas caminhadas que propiciam o encontro do homem com a natureza. Observam-se muitas árvores floridas, coloridas, jardins repletos de flores cujas plantas ficam mais viçosas nesse mês. Quando era criança, lembro que se escolhia o final de maio, normalmente no período da lua nova, para podar as plantas e prepará-las para o inverno e, ao mesmo tempo, preservá-las e

fortalecê-las para que pudessem estar mais vigorosas na primavera.

Os católicos atribuem o mês de maio a Maria, mãe de Jesus Cristo. É o mês ainda preferido pelas noivas, ocorrendo muitos casamentos, embora em menor quantidade do que em épocas anteriores.

O trabalhador é homenageado no primeiro dia de maio. Nesse mês também ocorrem comemorações em homenagem às mães, à família e à adoção, situações vinculadas a aproximação dos seres, à afetuosidade, à preocupação com as pessoas. No dia 13 de maio, uma mulher, a Princesa Isabel, assinou a libertação dos escravos, uma tentativa para igualar pessoas para que a desigualdade e o domínio do homem pelo próprio homem não fosse mais admitido, intenção bonita na teoria, mas ainda difícil na prática diária. O sol também é lembrado em maio, no terceiro dia do mês, o “Dia do Sol”, astro da vida que beneficia o nosso sistema. As comunicações também são lembradas no quinto dia do mês, com seu constante aprimoramento, aproximando as pessoas, mas dando ênfase aos contatos mais virtuais, distanciando os abraços e o “olhar nos olhos”.

Os dias mais cinzentos de maio, calmos, reflexivos, amenos, nos remetem à necessidade de colocarmos em prática o bem querer, a afetuosidade, o aconchego, o exercitar da cidadania, a maior e melhor prática da cortesia, possibilitando a feliz convivência, tão necessária nesses nossos dias.